



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI Nº 2713, DE 2021

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para incluir entre as atribuições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a emissão de parecer consultivo sobre patente de interesse para o Sistema Único de Saúde (SUS).

**AUTORIA:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

## PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, para incluir entre as atribuições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a emissão de parecer consultivo sobre patente de interesse para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, passa a vigorar acrescido do inciso XXIX, com a seguinte redação:

“**Art. 7º**.....

XXIX – emitir parecer consultivo público, com fulcro em requisitos de patenteabilidade, que corresponderá a subsídios, aos pedidos de patente de interesse para o Sistema Único de Saúde (SUS), durante o exame realizado pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), nos termos do art. 31 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.

.....(NR)”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

Este Projeto tem por objetivo acrescentar entre as competências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a atribuição para emitir parecer consultivo ao pedido de patente de interesse para o Sistema Único de Saúde (SUS).

O art. 31 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, tem previsão genérica possibilitando a qualquer interessado a apresentação de subsídios ao



SF/21892.14606-37



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Contudo, a atuação da ANVISA na interseção entre propriedade industrial e saúde pública deve estar prevista na Lei nº 9.782, de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Com isso, pretendemos inserir entre as atribuições da ANVISA o excelente trabalho que já há anos vem desempenhando e está relacionado ao subsídio técnico dos pedidos de patentes de interesse do SUS. Tal providência torna-se indispensável diante da discussão de propostas para revogação da obrigatoriedade da anuência prévia da ANVISA nos pedidos de patentes relacionados a medicamentos, prevista no art. 229-C da Lei nº 9.279, de 1996.

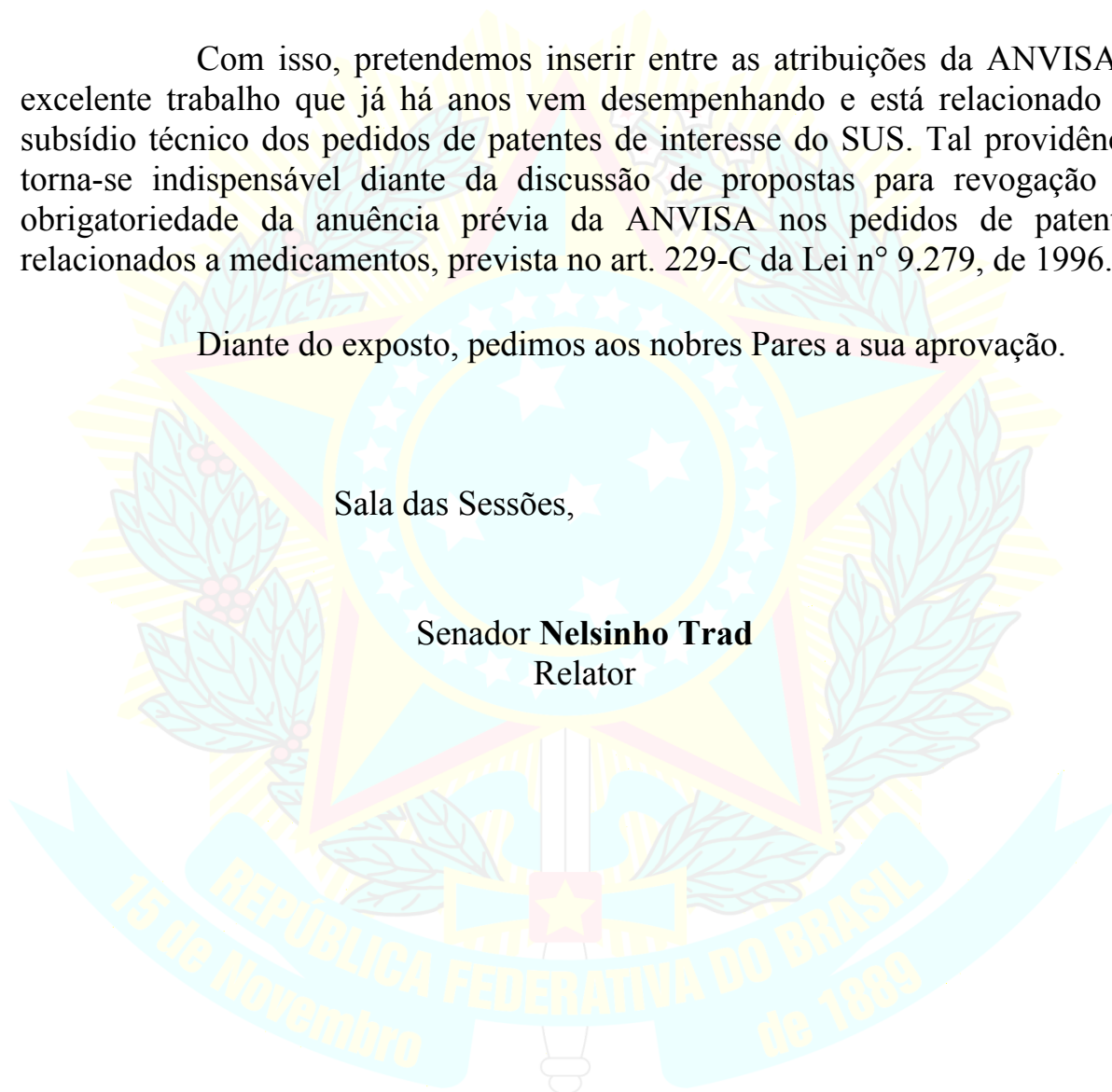
Diante do exposto, pedimos aos nobres Pares a sua aprovação.

Sala das Sessões,

**Senador Nelsinho Trad**  
Relator



SF/21892.14606-37



# LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.279, de 14 de Maio de 1996 - Lei de Propriedade Industrial; Código de Propriedade Industrial (1996); Lei de Patentes (1996) - 9279/96

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9279>

- artigo 31

- artigo 229-B

- Lei nº 9.782, de 26 de Janeiro de 1999 - Lei do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária - 9782/99

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9782>

- artigo 7º